

Notícias Sindicais, 06/02/14

Federação Nacional dos Urbanitários

Governo estuda solução para caixa de distribuidoras até julho de 2015, afirma Zimmermann

O secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, informou que o governo estuda uma solução para aliviar o caixa das distribuidoras de energia que estão expostas no mercado de curto prazo não apenas este ano, mas até meados de 2015, quando terminam as concessões de usinas que não tiveram toda a energia vendida no mercado regulado. "Essa situação vai até julho do ano que vem, quando encerram as concessões e voltam para a União essas usinas, que vão provocar de novo uma diminuição da tarifa de energia elétrica, já que acabou o prazo de concessão e vão ser licitadas, como Três Irmãos", lembrou o secretário em entrevista nesta terça-feira, 4 de fevereiro.

Esses empreendimentos, pertencentes a empresas estatais como Cesp, Cemig e Copel, não tiveram seus contratos renovados por decisão dos governos estaduais, que optaram por liquidar a energia no mercado de curto prazo.

No ano passado, cerca de R\$10 bilhões em recursos do Tesouro foram repassados para as distribuidoras de energia, por meio da Conta de Desenvolvimento Energético. Um novo aporte de recursos está em estudo pelo governo, porque a situação voltou a se repetir esse ano, com o agravante de que a desconstrução de energia aumentou de 2,3 GW médios para 3,5 GW médios; e o Preço de Liquidação das Diferenças, usado nas operações do mercado de curto prazo, alcançou níveis muito superiores ao previsto até o final do ano passado.

"Não há nenhuma decisão, mas há algo que posso afirmar: o governo não vai deixar que as distribuidoras tenham um impacto além daquele que possam suportar ao pagar pelo despacho das termicas", afirmou o presidente da Empresa de Pesquisa Energética, Maurício Tolmasquim. O argumento foi reforçado pelo secretário, que garantiu que o governo vai trabalhar para reduzir a sobrecarga para essas empresas.

Fonte: Canal Energia/ Sueli Montenegro, da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

Diap, 06/02/14

Servidores dão início à Campanha Salarial 2014 em ato público em Brasília

Entre os principais pontos, estão a antecipação da parcela de janeiro de 2015 do acordo salarial e a reposição das perdas inflacionárias

Entidades representativas de servidores públicos promovem nesta quarta-feira (5) ato público de lançamento nacional da Campanha Salarial 2014. A mobilização começa às 9h em frente ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), no Bloco K da Esplanada dos Ministérios. O ato, a ser realizado entre 10h e 12h, vai apresentar uma pauta de reivindicações em defesa do funcionalismo e dos servidores aposentados.

Entre os principais pontos, estão a antecipação da parcela de janeiro de 2015 do acordo salarial e a reposição das perdas inflacionárias. A Anfip - Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, entidade filiada ao DIAP, levantará como bandeira prioritária a votação e a aprovação da PEC 555/06, que extingue de forma gradual a contribuição previdenciária de servidores públicos aposentados e de pensionistas. A proposta está pronta para ser votada no plenário da Câmara, mas a inclusão na ordem do dia depende do aval do líder do PT.

Agenda de mobilização

Também são reivindicações dos servidores a luta por uma política salarial permanente; paridade entre ativos, aposentados e pensionistas; definição de data-base (1º de maio); regulamentação da negociação coletiva; diretrizes de plano de carreira; retirada de projetos no Congresso Nacional com propostas que prejudiquem os trabalhadores públicos; cumprimento por parte do governo de acordos e protocolos de intenções firmados em processos de negociação, bem como a antecipação da parcela de reajuste prevista para janeiro de 2015 e o reajuste de benefícios.

Além dessas reivindicações, os servidores públicos seguem lutando pela revogação da lei que criou a previdência complementar do servidor público federal (Funpresp) e em defesa da Previdência Pública para todos.

Portal da CUT

CUT-RS divulga nota de apoio à greve dos rodoviários de Porto Alegre

05/02/2014

Central lamenta incitação de violência e postura da mídia ao abordar o assunto

*Escrito por: CUT Nacional**

A Central Única dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul (CUT-RS) emitiu nota nesta terça-feira (3) para apoiar a greve dos rodoviários de Porto Alegre. Entre os pontos abordados, a central reitera a justiça das reivindicações da categoria e ressalta a importância do transporte público para o funcionamento da sociedade.

Os rodoviários estão em greve desde a última semana, com forte mobilização da categoria.

Confira a íntegra da nota:

A Central Única dos Trabalhadores (CUT-RS) manifesta o seu apoio à greve dos rodoviários de Porto Alegre, que nesta terça-feira, 04, completa nove dias. Salientamos que é uma greve legítima, deliberada em assembleia, e que resgata a dignidade de uma categoria vital para o funcionamento da sociedade.

Sabemos dos transtornos para a população que depende do transporte coletivo, porém reiteramos que a greve foi o último recurso em uma negociação que não valorizou, em nenhum momento, os trabalhadores rodoviários.

A pauta de reivindicações é justa e exige itens como uma jornada de trabalho de 6h, R\$ 20,00 de vale refeição, 14% de reposição salarial, entre outros pontos.

Lamentamos a postura da mídia e de alguns setores da sociedade que ao invés de cumprirem com o seu papel, incitam a violência, agindo de maneira irresponsável e colocando a vida dos cidadãos em risco.

Esperamos que a Justiça do Trabalho realize a mediação de tal forma que os rodoviários e população de Porto Alegre saia do impasse gerado pela intransigência dos empresários do setor de transporte da nossa capital. E que a categoria dos rodoviários saia ainda mais fortalecida!

Central Única dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul

**Com informações da CUT-RS*

Portal da CUT

Ato de Trabalhadores da Educação mato-grossense cobra pagamento de salários atrasados

05/02/2014

Secretário de Comunicação da CUT/MT destacou a precarização das condições de trabalho dos contratados que estão na escola sem salário

Escrito por: Silvia Marques – CUT/MT

O Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (Sintep-MT) reuniu a categoria e a comunidade escolar da rede estadual nesta sexta-feira (31), na porta da Secretaria de Estado de Educação (Seduc), para cobrar o pagamento dos salários do mês de janeiro para os trabalhadores contratados. O ato teve início com a ocupação do pátio da Seduc feita pelas caravanas de vários municípios do interior do estado.

Na abertura do protesto, o presidente do Sintep/MT, Henrique Lopes do Nascimento, apontou os pontos pendentes da pauta de negociação com o órgão da educação. Entre eles, a realização de um novo concurso público; a reposição de aulas sem que se extrapole a carga horária semanal dos profissionais e o processo de atribuição de aulas e; o pagamento dos salários que já deveriam estar na conta dos profissionais contratados.

Para o professor Henrique Lopes do Nascimento o governo precisa ler a Constituição Estadual. "Os profissionais contratados trabalharam o mês de janeiro sem nenhuma remuneração, pois de acordo com a Seduc pagar esses profissionais constituiria improbidade administrativa. Mas improbidade administrativa é não cumprir os acordos firmados durante os 67 dias de greve; é não investir os 35% da receita do Estado na educação como está previsto na Constituição; é não pagar as horas de atividade pedagógica aos professores interinos; é desviar recursos da educação pagando servidores de outras secretarias; é pagar folha de aposentados com os recursos da educação; é reduzir os recursos orçamentário da educação para 2014", elencou o presidente do Sintep/MT, acrescentando que os trabalhadores da educação exigem, acima de tudo, respeito.

O secretário de comunicação da Central Única dos Trabalhadores (CUT/MT), Robson Cireia, que também é professor da rede pública, ressaltou as péssimas condições de trabalho vividas pelos profissionais da educação e destacou a precarização das condições de trabalho dos contratados que estão na escola sem salário. "Nós da CUT estamos juntos com o nosso sindicato filiado, cobrando o pagamento dos salários do mês de janeiro dos contratados, porque trabalhar sem contrato e sem receber é trabalho escravo", frisou o diretor da CUT/MT.

O Sintep/MT informou que já encaminhou ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso uma nova interpelação para que o Estado seja obrigado a pagar os dias trabalhados e aguarda a decisão judicial. Na última decisão do órgão, foi determinado que os trabalhadores não tinham vínculo com a Seduc após o fim do contrato, o que significa que não precisariam voltar a sala de aula.

A caminhada e Ato Público contou com a presença de representantes do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios de Mato Grosso (Sintect-MT) que vieram prestar solidariedade a luta dos trabalhadores da educação.

Portal da CTB

Dirigente da Contee destaca importância do Encontro Sindical Nossa América

Entre os dias 3 e 4 de maio ocorrerá em Havana (Cuba) o 6º Encontro Sindical Nossa América (ESNA), as entidades filiadas à CTB estão se mobilizando para participarem da atividade.

Dentre elas a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino (Contee) anunciou que irá enviar representantes que terão a oportunidade de debater sobre os desafios do movimento sindical da América Latina e Caribe.

Em entrevista à Contee a coordenadora da secretaria de Políticas Internacionais da entidade, Maria Clotilde Lemos Petta, definiu o ESNA como “um espaço de unidade da classe trabalhadora em torno de uma plataforma comum antineoliberal e anti-imperialista”. Ela ressaltou a importância do encontro e a relação entre política externa e projeto nacional de desenvolvimento.

Qual o objetivo do ESNA e a importância da participação da Contee no encontro?

Maria Petta: O Encontro Sindical Nossa América objetiva contribuir para um maior protagonismo da classe trabalhadores nas lutas políticas em curso no nosso continente e desenvolver um programa de formação, investigação e assistência técnica na região, assim como campanhas de solidariedade e em defesa da liberdade sindical.

A Contee, no planejamento da atual gestão, definiu como uma das suas prioridades na sua atuação internacional a intensificação das relações com organizações sindicais dos países da América Latina e Caribe. Nessa perspectiva, o ESNA é um espaço importante de aprofundamento dessas relações, contribuindo para a unidade de ação do movimento dos trabalhadores em torno de uma plataforma comum antineoliberal e anti-imperialista.

Por que é tão importante o diálogo e a articulação entre os trabalhadores da América Latina?

Cabe considerar que os Estados Unidos, aliados às direitas nacionais, desenvolvem uma política extremamente agressiva na defesa de seu projeto no continente. Os recentes episódios, como as ações de espionagem, são reveladores dessa política. Nesse contexto, o projeto soberano de integração latino-americano e caribenho colide com o projeto estadunidense de preservar sua esfera de influência no continente através da Comunidade do Pacífico (Colômbia, Peru, Chile e México). Sendo assim, são colocados novos desafios para as organizações sindicais que precisam atuar de forma articulada em torno de agendas unitárias na defesa de uma inserção ativa em relação aos EUA e da consolidação de projetos soberanos e democráticos.

No último Consind (Conselho Estadual de Políticas Salariais e Relações Sindicais), a Secretaria de Políticas Internacionais da Contee lançou o primeiro volume dos Cadernos de Política Internacional, justamente com o tema da integração latino-americana. Quais outras ações a secretaria pretende desenvolver em 2014 neste sentido?

O primeiro caderno lançado em 2013 objetivou contribuir com informações básicas sobre o processo de integração latino-americana e caribenha. Pretendemos, no decorrer de 2014, aprofundar esse debate, tendo como tema o papel do Brasil na nova ordem (ou desordem) mundial. Dado o fato da realização das eleições gerais, é preciso pautar o debate das propostas referentes à política externa brasileira que serão defendidas pelos candidatos. Nessa perspectiva, pretendemos produzir um segundo caderno de políticas internacionais com textos tratando da relação entre política externa e projeto nacional de desenvolvimento.

Outro desafio colocado no planejamento é o aprofundamento das relações com organizações internacionais de trabalhadores em educação. Com esse objetivo temos já agendada para 2014 nossa participação em eventos internacionais organizados pelos trabalhadores em educação.

Fonte: Contee

Portal CTB

Enfermeiros cruzam os braços em Aracaju

Incorporação das gratificações, condições de trabalho, regulamentação da jornada de trabalho, plano de carreira e reajuste salarial. Essas são as principais reivindicações dos enfermeiros da rede municipal de Saúde de Aracaju. A categoria está em greve por tempo indeterminado desde as primeiras horas da manhã da terça-feira (04).

Apenas 30% dos profissionais da Enfermagem continuam trabalhando nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) – e nas Unidades de Prontoatendimento (UPAs) da capital sergipana. Hoje, a categoria fez uma manifestação em frente à sede da Prefeitura de Aracaju.

Os enfermeiros cruzaram os braços diante da dificuldade em negociar com o prefeito da capital sergipana, João Alves Filho, DEM. Desde o início de 2013, a categoria tenta, através da Comissão Permanente de Negociação, discutir a pauta de reivindicações com o Município, mas não houve avanço.

De acordo com Flávia Brasileiro, presidente do Sindicato dos Enfermeiros de Sergipe (Seese), os secretários Municipais participam das reuniões da Comissão, mas eles não têm autonomia para tomar nenhuma decisão. Diante do impasse, a categoria decidiu paralisar as atividades.

Para Edival Góis, presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB-SE), a greve dos enfermeiros é justa. "A categoria esperou um ano e, nesse período, buscou todas as alternativas para negociar com o prefeito. Nenhuma demanda foi atendida. A greve foi inevitável e, nós da CTB, temos que apoiá-los. Esse é um direito da categoria", enfatiza.

Fonte: CTB-SE

Portal da Força Sindical

Calor excessivo nas empresas prejudica trabalhadores

Milhares de trabalhadores do país sofrem, diariamente, com o calor excessivo nas áreas insalubres das siderúrgicas. Além de suportar temperaturas de até 80º C, os trabalhadores encontram ainda, outros inconvenientes no ambiente de trabalho.

Comparados aos funcionários que trabalham longe do metal incandescente, os profissionais expostos a este material têm nove vezes mais chances de contrair pedra nos rins.

Um estudo recente verificou que 8% dos trabalhadores das áreas com temperaturas elevadas apresentaram pelo menos um episódio de cálculo renal.

As estatísticas sobre a doença demonstram, na maioria dos casos, que depois da primeira crise várias outras podem ocorrer.

Portal da UGT

Sochi e Copa 2018: sindicato global denuncia 'escravatura moderna' em grandes eventos esportivos

05/02/2014

Com protesto e piquete, serão denunciadas, no próximo dia 6, em Genebra, as mais de 60 mortes na preparação dos Jogos de Inverno de Sochi, marcando o início de uma campanha internacional pelos direitos dos trabalhadores da construção na Copa FIFA 2018

A Internacional de Trabalhadores da Construção e Madeira realizará no próximo dia 6 de fevereiro, em frente à embaixada da Rússia em Genebra (Suíça), um protesto para denunciar ao mundo a grave situação dos trabalhadores da construção em Sochi e a possibilidade dessa exploração do trabalho se repetir nas onze cidades-sede da Copa 2018, na Rússia. O protesto prevê um piquete na porta da embaixada e conta com o apoio da Confederação Sindical Internacional (CSI) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), por meio da ACTRAV – Oficina de Atividades aos Trabalhadores.

As estatísticas oficiais 2009-2011 mostram 71 acidentes durante as preparações dos jogos em Sochi, sendo metade deles com vítimas fatais. A ICM estima que mais de 60 trabalhadores morreram em Sochi e as checagens locais feitas por sindicalistas revelam 20 mortes só em 2010, e 25 mortes em 2012. Ainda em 20 de novembro de 2013, um trabalhador morreu e dois ficaram feridos no principal estádio (Fisht).

O sindicato global ICM também elenca como legado dos jogos de Sochi os salários não pagos, condições inseguras de trabalho, turnos de mais de doze horas de trabalho, falta de moradia, e os trabalhadores migrantes traficados, em especial da Sérvia. Com o apoio sindical, por exemplo, cerca de 150 trabalhadores sérvios, abandonados sem salário e sem documentos, foram repatriados.

Escravatura moderna

Os trabalhadores na Rússia estão iniciando a Campanha pelo Trabalho Decente Antes, Durante e Depois da Copa, semelhante à campanha desenvolvida no Brasil, com o objetivo de derrubar a lei da copa aprovada pelo governo russo. Em junho de 2013, a Rússia aprovou a sua "lei da Copa" abolindo numerosas normas trabalhistas no trabalho de preparação do evento de 2018, incluindo a liberdade para empregar trabalhadores imigrantes sem o cumprimento das normas trabalhistas.

"Esta campanha global pretende ser um grande alerta sobre a ameaça que essa situação representa aos trabalhadores de todo o mundo. Sem proteção laboral, os mega eventos vão se tornando uma disputa dos piores padrões, das piores práticas. A Copa UEFA 2012 custou a vida de 16 trabalhadores ucranianos e quatro poloneses. Isso precisa parar!", comenta o representante regional da ICM na América Latina e Caribe, Nilton Freitas.

COPA 2014: sindicatos fizeram a diferença no Brasil

Diante das polêmicas causadas pelo evento da Copa no Brasil, a ICM destaca o importante papel dos sindicatos nas discussões e negociações da organização de mega eventos.

"Ao contrário da Rússia e agora Qatar, que já contabiliza 185 mortes de trabalhadores na preparação da Copa 2022, a união dos sindicatos dos trabalhadores da construção, liderados pela ICM, garantiu o respeito aos direitos trabalhistas. Mais que isso, garantiu um legado de ganhos reais nos salários, melhoria nas condições de trabalho e aprimoramento da qualificação profissional.

No Brasil, a campanha Trabalho Decente Antes, Durante e Depois da COPA 2014, teve início em 2011 como uma iniciativa da ICM, que aglutinou diversos sindicatos em todo o país, organizando reuniões os governos locais, visitas a estádios, realizando assembleias com trabalhadores nos locais de trabalho e conseguiu um acordo nacional tripartite (governo, empregadores e trabalhadores) melhoria das condições de trabalho e de vida para os trabalhadores.

"Foram muitas greves, mobilizações nas obras, a campanha se estendeu a cidades não sede. Mesmo assim ainda contabilizamos 5 mortes de trabalhadores na preparação da Copa 2014. Mas o acordo tripartite impediu a imigração interna de trabalhadores da construção, que no Brasil tinha um histórico de trabalho análogo à escravidão", pontua Freitas.

Serviço:

Protesto e piquete para lançar campanha global sobre os direitos dos trabalhadores na preparação da Copa do Mundo de 2018

Dia 6 de fevereiro, quinta-feira, às 14h (11h no horário de Brasília), na Embaixada da Rússia em Genebra (Suíça).

Portal Mundo Sindical

Econ demite 150 e deve R\$ 1 milhão em verbas rescisórias, diz sindicato

A rede de supermercados Econ demitiu 150 trabalhadores em janeiro e ainda não pagou um montante equivalente a R\$ 1 milhão em verbas rescisórias, segundo Josimar Andrade, diretor de relações sindicais do Sindicato dos Comerciantes de São Paulo.

De acordo com a entidade, Foi realizado nesta quarta-feira (5), às 9h, um protesto dos trabalhadores na rua Martins Fontes, 153, no Centro da capital paulista. Os profissionais farão passeata até o escritório administrativo da empresa na rua Duque de Caxias, na mesma região.

As verbas rescisórias não pagas, segundo o sindicato, correspondem ao 13º salário, liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) mais a multa, guia do seguro-desemprego, entre outros benefícios.

"Nossa preocupação é garantir os direitos trabalhistas dos funcionários. Estamos vendo se é possível penhorar algum bem da empresa para que os profissionais sejam pagos", destaca o sindicalista.

O Econ ainda não se manifestou.

Fonte: Patrícia Basilio/IG - 05/02/2014

Portal CONTAG

Representação e representatividade sindical é discutida em audiência no TEM

A diretoria executiva da CONTAG, representantes da CUT e da CTB e representantes sindicais do triângulo mineiro, reuniram-se ontem (4) com o ministro Manoel Dias, do Trabalho, para tratar do tema Grupo de Trabalho (GT) criado pelo MTE que discute critérios e consensos para a organização sindical do campo. O encontro aconteceu na sede do MTE, em Brasília.

A CONTAG apresentou as considerações com relação aos resultados do GT e a necessidade da continuidade dessa discussão. O ministro manifestou a intenção de prorrogar o GT, mas deixou claro que a decisão depende ainda de conversa com os outros setores e entidades envolvidas. Manoel concorda que é preciso aprofundar o debate para se chegar a uma solução consensual e destacou a importância da democracia e da politização dos trabalhadores(as) brasileiros. "O trabalhador tem que se organizar porque é só na democracia que os trabalhadores podem reivindicar".

Na avaliação da CONTAG, a intenção do ministro de prorrogar o GT é positiva. "A proposta da CONTAG hoje, junto às centrais sindicais, era justamente essa, a de prorrogar esse trabalho com o objetivo de continuar o debate e ampliar os normativos necessários", afirma Alberto Broch, presidente da CONTAG. Para Juraci Moreira Souto, secretário de Formação e Organização Sindical da CONTAG, a reunião foi bastante produtiva, "com uma reflexão bem definida."

Segundo Aristides Santos, secretário de Finanças e Administração da CONTAG, a conversa foi positiva porque "a essência da proposta da CONTAG foi a continuidade do debate." Elias D'Ângelo, secretário de Assalariados e Assalariadas Rurais da CONTAG, reafirma que o objetivo da CONTAG nessa reunião era a continuação do debate. "Entendemos que a duração o do GT foi insuficiente e

que precisamos discutir a possibilidade de avançar e poder de fato criar critérios e normas que possam resolver definitivamente essa questão da criação e dissociação de entidades.”

FONTE: Imprensa CONTAG - Julia Grassetti

Jornal do Comércio, 05/02/14

Faturamento real da indústria cresce 3,8% em 2013

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulgou nesta quarta-feira (5), dados indicando que, mesmo com “os declínios nos meses finais do ano”, a indústria de transformação não foi impedida de obter expansão do faturamento em 2013 em comparação ao ano anterior. O faturamento real, por exemplo, subiu 3,8%. Por outro lado, as horas trabalhadas na produção cresceu apenas 0,1% no ano passado. Os números estão na pesquisa Indicadores Indústrias.

“Os dados de dezembro mostram um recuo, mas é um mês considerado fraco. Na comparação com dezembro de 2012, os dados são fracos. Mas, apesar disso, os dados de 2013 são positivos em comparação ao ano anterior”, destacou Flávio Castelo Branco, gerente executivo da CNI. De qualquer forma, segundo ele, 2012 foi um ano “muito fraco” e por isso os setores tiveram dificuldade de uma retomada mais acentuada do crescimento no ano seguinte, mesmo com dados melhores.

No ano de 2013, em 17 de 21 setores considerados pela CNI, os destaque são máquinas e materiais elétricos (17,7%), madeira (12,2%), máquinas e equipamentos (11,7%), produtos diversos (11,5%) e vestuário (11,2%).

A CNI destaca também o emprego como indicador com resultado positivo na indústria de transformação. Dos 21 setores considerados, 14 registraram crescimento informou a confederação. As maiores altas foram registradas nos setores de bebidas (4,3%), couros e calçados (3,7%), borracha e plástico (3,1%) e vestuário (3%).

Por outro lado, o indicador que mede as horas trabalhadas na produção, diz a CNI, registrou queda na maioria dos setores: onze apresentaram variação negativa quando comparado com a média do ano passado com iguais períodos anteriores.

Sobre a massa salarial e o rendimento médio dos trabalhadores do setor, a confederação avalia que o resultado positivo não foi “homogêneo”. Com um crescimento de 1,7% na indústria como um todo, quase a metade dos setores obteve queda nesse item. Na média, houve crescimento de 0,9%, indicando desequilíbrio da massa salarial e do rendimento médio dos trabalhadores.

Embora a CNI avalie que os dados de 2013 apresentaram crescimento (mesmo baixo, houve crescimento de 0,1% no emprego), em dezembro todos os indicadores apresentaram “retração”: as horas trabalhadas registraram queda de 2,5%, o faturamento real -1,1%, a massa salarial real -0,2% e o rendimento real -0,3%. A utilização da capacidade instalada ficou em um percentual médio 81,4%, ante os 81,9% de novembro e 82,6% de dezembro de 2012, dados já dessazonalizados.

“A gente espera um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2% e [algo similar] para a indústria. [Tal performance ocorrerá] se o ciclo de aperto monetário for menos intenso. Se for mais intenso teremos um comportamento menos favorável”, avalia Castelo Branco. Ele disse também que espera melhoria nos dados de janeiro. Entre os fatores estão o câmbio e as desonerações.

Por outro lado, faz uma alerta sobre o ciclo da alta de juros que podem prejudicar um melhor desenvolvimento do setor, além do ambiente internacional. “O quadro para 2014 vai se mostrar mais adverso. O gradual avanço na economia internacional vai levar a um ajuste gradual da política monetária, menos favorável para os emergentes”, disse.

A questão energética também preocupa os empresários industriais, que veem a ajuda do governo ao setor elétrico para utilizar as termelétricas e equilibrar o suprimento como um risco de não cumprimento das metas fiscais. (Agência Brasil)

Carta Maior

6º Congresso do MST quer recolocar a luta pela terra na agenda do país

Alexandre Conceição, da coordenação nacional do MST, diz é preciso quebrar a invisibilidade a que o tema está condenado hoje junto ao governo e à sociedade

Najla Passos

Brasília - O Movimento dos Trabalhadores Sem-terra (MST) se prepara para realizar seu 6º Congresso, de 10 a 14/2, em Brasília, com um horizonte de desafios tão grande quanto os que marcaram sua fundação, há 30 anos. Naquela época, a prioridade era organizar, na luta pela reforma agrária e pelo fim do latifúndio improdutivo, a grande massa de trabalhadores pobres, recém-expulsa do campo pelas políticas ditas modernizadoras da ditadura. Hoje, é requalificar a luta histórica pela terra em um país no qual a combinação da mais oferta de emprego na cidade e

políticas sociais se sobrepõem à reforma agrária como opção política para combater a pobreza, condenando esta última à invisibilidade.

“A questão luta pela terra hoje está fora da pauta da sociedade e do governo. Está cooptada por muitos intelectuais que acham que a reforma agrária e a luta pela terra não existe mais. Portanto, a luta pela terra está despolitizada. Ela tem acontecido, seja a luta dos indígenas, dos quilombolas, dos pescadores, a nossa luta. Mas está escondida, abafada”, afirma Alexandre Conceição, da coordenação nacional do MST.

De acordo com ele, apesar do MST ter garantido assentamento a 350 mil famílias nestes 30 anos, a necessidade da reforma agrária continua atual, porque a alta concentração fundiária no campo brasileiro não se alterou e, mais grave, o capital internacional domina uma área cada vez maior, ameaçando áreas indígenas e quilombolas. Dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) apontam que há, no país, 186 mil famílias acampadas aguardando assentamento, cerca de 100 mil delas pertencentes aos quadros do MST.

O dirigente reconhece que o volume de ocupações diminuiu, mas atribui o fenômeno menos a desarticulação do movimento do que as pressões da conjuntura. “As famílias vão ficar esperando mais 10 anos para serem assentadas ou vão buscar trabalho nas obras do PAC?”, questiona. E atesta que o MST vem mantendo a mobilização no campo, embora elas não encontrem eco na sociedade. “No abril vermelho do ano passado, foram 95 trancamentos de rodovias, por mais de 20 minutos. Nós quase paramos o Brasil, mas isso não virou notícia. A luta do MST não é mais notícia”, denuncia.

De acordo com ele, colabora especialmente para esta “invisibilidade” da luta pela terra o papel desempenhado pela mídia convencional no que ele chama de aliança do agronegócio. “É um movimento muitíssimo articulado. A composição da aliança do agronegócio é formada por transnacionais, com o dinheiro da financeirização, pelo latifúndio no Brasil abrindo espaço, pelo Congresso Nacional, onde a bancada ruralista possui mais de 200 representantes e o MST apenas dois deputados, pelo Judiciário, no qual adormecem processos referentes à desapropriação de 200 mil hectares de terra, e por essa mídia, com as bênçãos do governo federal”, afirma.

As críticas ao governo Dilma

Na avaliação do movimento, a inoperância do atual governo é crucial para o impasse vivido pela reforma agrária. No último ano do governo Lula, 55 mil famílias foram assentadas no país. No governo Dilma, os dados oficiais apontam 21 mil em 2011, 22 mil em 2010 e 30 mil no ano passado. Mas o MST contesta os números de 2013. Segundo o movimento, foram apenas sete mil novos assentamentos: o restante foi regularização fundiária de áreas da Amazônia e realocação de novas famílias em lotes vagos. “A reforma agrária vive hoje, no governo Dilma, seu pior momento. São resultados muito inferiores aos do governo Lula, o que mais assentou famílias, e mesmo aos do governo Fernando Henrique Cardoso, o que mais destinou áreas à reforma agrária”, comparou o dirigente.

As críticas atingem também às políticas públicas para o campo. A qualificação dos assentamentos prometida pela presidenta, na avaliação do MST, não se concretiza.

“Há assentamentos criados por FHC que ainda não tem casa ou energia elétrica”, denuncia Conceição. O dirigente observa ainda que, enquanto crescem os subsídios para as multinacionais e o perdão das dívidas dos grandes latifundiários, os recursos para a reforma agrária são cada vez mais burocratizados e difíceis de serem acessados.

A maior ameaça, porém, é o que o movimento classifica de “privatização da reforma agrária”: a titularização definitiva de famílias assentadas, que transfere as terras públicas às mãos privadas, respaldada pelo governo Dilma no final de 2013.

“Em toda a sua história, entre projetos de colonização e reforma agrária, o Incra regularizou cerca de 10% de toda a terra do país. E, com a titularização, toda esta terra pode voltar ao mercado”, explica ele. Para o MST, a terra destinada à reforma agrária deve ser uma concessão de uso real, entregue às famílias para usufruto e passadas de geração a geração, mas jamais privatizadas.

Expectativas e novas estratégias

As expectativas para o Congresso do MST são tão grandiosas quanto é possível esperar do maior movimento de massas do país: 15 mil delegados de 23 estados, de 700 a 1000 crianças sem-terrinha, 250 convidados internacionais. Na grade da programação, discussões internas se misturam a palestras de lideranças do MST, intelectuais, sempre com a participação de representantes de outros movimentos sociais, centrais sindicais, partidos políticos, organizações da sociedade civil.

Uma feira de produtos orgânicos e agroecológicos, que será instalada no local do evento, o ginásio Nilson Nelson, pretende mostrar à sociedade os benefícios de uma reforma agrária popular e bem conduzida. Também estão programados atos públicos, marchas e manifestações para o período. “Nosso congresso tem caráter massivo, já que esperamos reunir mais de 17 mil pessoas,

de estudo, porque vamos aprofundar o debate político, e de luta, que é a natureza do MST", resume.

A palavra de ordem já foi definida: "Lutar e construir uma reforma agrária popular". Uma mudança de rumo significativa em relação à do último congresso, realizado em 2007, que defendia "Reforma agrária para justiça social e soberania alimentar".

Segundo Conceição, a grande aposta é redefinir as novas bases da luta pela terra, a partir de uma aliança unitária com outros movimentos camponeses, além de indígenas, quilombolas, pescadores, extrativistas.

"Nós queremos recuperar aquilo que aconteceu em 1962, no 1º Congresso de Lavradores, em Belo Horizonte, onde foram tiradas as bases da reforma agrária, das reformas de bases que o presidente Jango [João Goulart], logo em seguida, foi ao Rio de Janeiro anunciar, mas foi impedido de realiza-las pelo golpe que deu início à ditadura", explica ele.

31 de enero: manifestación contra la reforma energética

Por Gerardo Peláez Ramos

Rebanadas de Realidad - Distrito Federal, 29/01/14.- El Sindicato de Telefonistas de la República Mexicana, el Sindicato de Trabajadores de la Universidad Nacional Autónoma de México y otros agrupamientos de la Unión Nacional de Trabajadores y el Movimiento Nacional por la Soberanía Alimentaria y Energética, los Derechos de los Trabajadores y las Libertades Democráticas; la Coordinadora Nacional Plan de Ayala, El Barzón, la Central Independiente de Obreros Agrícolas y Campesinos, la Unión Nacional de Trabajadores Agrícolas y otras organizaciones del Frente Auténtico del Campo; la Coordinadora Nacional de Trabajadores de la Educación, el Sindicato Mexicano de Electricistas y otros organismos que convocan a la constitución de una nueva central de trabajadores; dirigentes políticos, intelectuales y artistas, por la propaganda que han hecho circular y por la cantidad de organizaciones interesadas en participar hacen prever que el 31 de enero tendrá lugar una gran manifestación en contra de la reforma energética y otras reformas estructurales al servicio de los monopolios y gobiernos norteamericanos y del gran capital criollo.

Para una franja importante de la izquierda está claro que con Peña Nieto se ha producido en México un golpe de mano de la derecha nacional y el imperialismo norteamericano para concretar el tercer gran fraude electoral con el objeto de concluir la destrucción de la Constitución de 1917 y la entrega del petróleo y la electricidad, los recursos mineros y otras riquezas nacionales a las transnacionales; la eliminación de los derechos fundamentales de los trabajadores; la liquidación de los ejidos y las comunidades agrarias; el aumento de la presencia de las fuerzas armadas y los órganos de seguridad, espionaje y provocación de EU; la integración de México en "Norteamérica", y la supresión de la soberanía nacional mexicana. De hecho, el Estado mexicano está desapareciendo.

No extraña, entonces, la confluencia de fuerzas de todos los signos en la lucha contra la reforma energética y otras reformas estructurales. En su propaganda para movilizar a sus afiliados, el STRM plantea: "Nuestro país enfrenta un momento crítico. La aprobación por ambas Cámaras y la mayoría de las legislaturas locales de una Iniciativa de Ley que enajena el sector energético nacional para beneficio de los grandes capitales nacionales y extranjeros, representa un grave retroceso en términos de la soberanía y del desarrollo futuro de la nación.

"Esta reforma que fue aprobada de manera apresurada y desaseada transfiere a la iniciativa privada actividades anteriormente reservadas al Estado como la exploración, la explotación y la transformación del petróleo a través de varias modalidades de contratos que permiten que se comparta tanto la renta como la producción de dicho recurso natural no renovable. Tal es el caso de los llamados contratos de utilidad compartida y de las llamadas licencias que no son otra cosa que concesiones disfrazadas.

"Adicionalmente se elimina el carácter estratégico de la refinación y el transporte de crudos y se condena a PEMEX y a la CFE, entidades que según la reforma quedan reducidas al papel de simples empresas productivas del Estado, al decaimiento y extinción futuras al obligarlas a competir, bajo condiciones de desventaja, con las grandes compañías privadas transnacionales".

En el Plan por la Unidad en Defensa de la Soberanía Nacional y los Recursos Energéticos, suscrito por Cuauhtémoc Cárdenas, Jesús Zambrano, Alejandro Encinas, Dolores Padierna, Marcelo Ebrard, Ifigenia Martínez, Porfirio Muñoz Ledo, Raúl Vera, Francisco Hernández Juárez, Manuel Camacho Solís, Miguel Barbosa Huerta, Agustín Rodríguez Fuentes, Camilo Valenzuela, Raúl Morón Orozco y otros políticos, dirigentes sindicales, defensores de derechos humanos, e intelectuales y artistas, se señala:

"1. Que la reforma energética aprobada recientemente por las Cámaras de Senadores y de Diputados representa una regresión a la época que antecedió a la expropiación petrolera decretada por el General Lázaro Cárdenas. Significa un despojo al país y al pueblo por el gobierno y los legisladores que votaron a favor, porque se entregan las riquezas y los recursos, patrimonio de

todos los mexicanos, al lucro de empresas privadas, en vez de destinarse al bienestar y desarrollo libre y soberano de la nación. Sus consecuencias serán tan graves o más a la pérdida de Texas y de la mitad del territorio en [el] siglo XIX. Nos convierte en un país aún más dependiente de los intereses de las corporaciones extranjeras y de sus gobiernos. Se consuma un nuevo colonialismo con pérdida de la soberanía nacional.

"2. Que esta reforma es inmoral, ilegítima e inconstitucional. Atenta y rompe el pacto social surgido de la Revolución mexicana; desecha los principios que dieron sustento a la Constitución; niega el espíritu del constituyente de 1917 y cancela los beneficios que trajeron las expropiaciones para el pueblo de México, aun a pesar de la enorme corrupción de la clase política gobernante. Sólo un nuevo Constituyente elegido para ello podría hacer una modificación de tal magnitud y con previa consulta plebiscitaria a la ciudadanía.

"3. Que el titular del Ejecutivo federal y los legisladores que aprobaron los cambios a la Constitución para privatizar nuestros recursos energéticos, están cometiendo el grave delito de 'Lesar Patria' al hipotecar el futuro de la nación y rematar los bienes y riquezas del país. Ello agrava el proceso de descomposición y deterioro de las instituciones de estado y profundiza la corrupción. Estamos ante la quiebra moral y un acto más de traición nacional por la clase gobernante".

El repudio a la derogación de la Constitución de 1917 abarca a la mayoría de la población, y los entreguistas constituyen una minoría, importante y con grandes recursos, pero minoría al fin y al cabo. La Asamblea Legislativa del Distrito Federal rechazó la aprobación de la reforma energética, y publicó el 18 de diciembre del año retropróximo la siguiente resolución: "La continuidad de esa farsa institucionalizada es la reforma energética propuesta por el gobierno de Enrique Peña Nieto, misma que significa una afrenta para los mexicanos en general y capitalinos en particular quienes, maduros y conscientes de la realidad social, no confían ni aceptan la intención de poner a la venta pertenencias de la nación. Resulta aún más preocupante que las fuerzas políticas que recién aprobaron la desaseada reforma energética hayan avalado tal agravio y profundo desprecio por una sociedad que puso en sus manos la defensa de los intereses de las mayorías. A esto no se le puede calificar más que traición a la patria".

El Frente Auténtico del Campo, que incluye en sus filas a la Coalición de Organizaciones Democráticas Urbanas y Campesinas, CIOAC, UNTA, CNPA, El Barzón y Unión Nacional Integradora de Organizaciones Solidarias y Economía Social, en su desplegado del 17 de enero plantea: "Por último, reivindicamos el 31 de enero, como una fecha de movilización de los campesinos mexicanos, por lo que convocamos a nuestros afiliados a participar en la gran concentración en el Zócalo de la Ciudad de México, por la defensa de los recursos energéticos y en contra de la reforma energética recientemente aprobada por el Congreso de la Unión".

La gran manifestación del 31 de enero, que partirá a las 16:00 horas de varios puntos, como el ángel de la Independencia y el monumento a la Revolución, desembocará en el Zócalo de la capital del país para concluir con un gran mitin, requiere de la participación de todas las fuerzas sociales y políticas contrarias al programa neoliberal y favorables a un desarrollo democrático y soberano de México, por lo que debe incluir al Partido de la Revolución Democrática, el Movimiento Regeneración Nacional, el Partido del Trabajo y el Movimiento Ciudadano, la UNT, los promotores de una nueva central de trabajadores, el Frente Amplio del Campo, el Congreso Nacional Indígena, la izquierda anticapitalista y las organizaciones democráticas de colonos, estudiantes y otros sectores populares, incluidos los grupos religiosos patrióticos. Ninguna clase de sectarismo se justifica. Ciertamente, no será fácil derrotar a los neoliberales vendepatrias, pero si se avanza en la unidad, se emprenden las tareas que la situación demanda y se construyen los instrumentos orgánicos necesarios, los Peña Nieto, los Calderón, los Fox, los Zedillo y los Salinas de Gortari, pese al apoyo de sus jefes al norte del río Bravo, serán debilitados, aislados y derrotados.

**Gerardo Peláez Ramos es autor, entre otras obras, de Partido Comunista Mexicano. 60 años de historia. (Cronología. 1919-1968), 2 tomos, Culiacán, UAS, 1980; Situación actual y perspectivas del movimiento sindical en México, Puebla, UAP, 1978; Historia del Sindicato Nacional de Trabajadores de la Educación, México, ECP, 1984, y Ed. del STUNAM, 2ª ed. corr. y aum., 2000; Las luchas magisteriales de 1956-1960, México, ECP, 1984; Historia del Sindicato de Trabajadores Académicos de la Universidad Autónoma de Guerrero, Chilpancingo, CESS del STAUAG, 1990; El sindicalismo magisterial. 1935-1943, México, SNTE, 1994; Diez años de luchas magisteriales (1979-1989), México, Ed. del STUNAM, 1999; Breve historia del STUNAM, México, UNAM-STUNAM, 2001, y Resumen histórico del SUNTU (1979-1995), Culiacán, SUNTUAS Académicos, 2004.*

Organizado por Ernesto Germano